



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS - ES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA INDIVIDUAL– REURB-E

Procedimento nº21/2020

Matrícula/transcrição originária: 133 – CRI Pinheiros

(x) Imóvel Privado ou () imóvel público

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIROS ARNÓBIO PINHEIRO SILVA**, nos termos da decisão do procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, decorrente do Procedimento Administrativo em epígrafe, finalizado em 28 de Maio de 2020 e publicado em 28 de Maio de 2020, **CONCEDE** o presente **TÍTULO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA** do imóvel caracterizado abaixo ao beneficiário qualificado abaixo:

IMÓVEL:

LOTE 11 – QUADRA 17 situada na Rua Louzival Carvalho, nº 248, bairro Domiciano, CEP 29980-000, Pinheiros/ES, medindo uma área total de 125,00m² e confrontações: pela frente com a referida rua, pelos fundos com Salvino Lima da Cruz e Augustino Fernandes Costa, lado direito com Wilmar Rodrigues da Cruz e pelo lado esquerdo com Antônio Ribeiro dos Santos e Elizabete Souza dos Santos, cadastrado no Município sob o nº 01.02.076.0070.001, tendo como registro anterior, R.2-133, da matrícula nº 133, de titularidade do Domiciano Francisco Medina, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca; OU de origem não identificada no cartório de imóveis.

BENEFICIÁRIO (A): Lucimara Souza dos Santos, brasileira, pedagoga, RG nº 14.146.190 SSP/MG, CPF/MF sob o nº 069.356.896-86, solteira, residente e domiciliado em Assentamento Maria Olinda, São João do Sobrado, CEP: 29980-000 – Pinheiros/ES.

O(s) beneficiário(s) acima *não* atendeu (eram), ainda, as seguintes condições do §1º do art. 23 da Lei nº 13.465/17:

I - o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;

II - o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS - ES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

O presente título constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público em favor daquele que deteve em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016. A unidade imobiliária ficará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado, nos termos do art. 23 da Lei nº 13.465/2017.

Pinheiros/ES, 28 de Maio de 2020

ARNÓBIO PINHEIRO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL